Este ataque ilegal dos EUA e de Israel contra o Irã também é um ataque às Nações Unidas[1]

Este ataque ilegal de Estados Unidos e Israel contra Irán es también un ataque contra las Naciones Unidas

This Illegal US-Israeli Attack on Iran Is Also an Assault on the United Nations

Jeffrey D. Sachs & Sybil Fares

Sejamos francos quanto ao que os Estados Unidos e Israel estão buscando. O objetivo dos EUA não é a segurança do povo americano, mas a hegemonia global. Trata-se de uma tentativa de destruir a ONU e o direito internacional – uma tentativa fadada ao fracasso.

Em 16 de fevereiro de 2026, um de nós (Jeffrey Sachs) enviou uma carta ao Conselho de Segurança da ONU alertando que os Estados Unidos estavam prestes a rasgar a Carta das Nações Unidas. Esse alerta agora se confirmou. Os Estados Unidos e Israel lançaram uma guerra não provocada contra o Irã, em flagrante violação do Artigo 2(4) da Carta, sem autorização do Conselho de Segurança e sem qualquer alegação legítima de legítima defesa nos termos do Artigo 51. Estão tentando assassinar a Carta da ONU e o direito internacional, mas eles fracassarão.

No Conselho de Segurança, em 28 de fevereiro de 2026, os EUA e seus aliados direcionaram sua condenação não à agressão americana e israelense, mas ao Irã. Os aliados dos EUA, um após o outro, condenaram o Irã por seus ataques de retaliação, mas, de forma absurda, deixaram de condenar o ataque ilegal e não provocado dos Estados Unidos e de Israel contra o país. A conduta desses países foi vergonhosa e representou uma completa inversão da realidade.

Os ataques conjuntos dos EUA e Israel foram descritos por Trump como necessários porque o Irã "rejeitou todas as oportunidades de renunciar às suas ambições nucleares, e não podemos mais tolerar isso". Trata-se, evidentemente, de uma mentira descarada. Como relatado na carta de 16 de fevereiro, o Irã concordou há uma década com um acordo nuclear: o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês), adotado pelo Conselho de Segurança da ONU na Resolução 2231. Foi Trump quem rompeu esse acordo em 2018. Em junho de 2025, Israel bombardeou o Irã em meio às negociações entre EUA e Irã. Dessa vez, novamente, os planos de guerra de Israel e dos EUA haviam sido definidos semanas antes, quando Netanyahu se reuniu com Trump, e as negociações então em curso entre Washington e Teerã não passaram de uma farsa. Este parece ser o novo *modus operandi* dos EUA: iniciar negociações e, em seguida, tentar eliminar seus interlocutores.

[1] Publicado originalmente em *Common Dreams*, em 2 de março de 2026. Acesso: https://www.commondreams.org/opinion/united-nations-israel-us-attack-iran Tradução: Carolina Leocadio

É fácil entender por que os aliados dos EUA se comportaram de maneira constrangedora e submissa no Conselho de Segurança da ONU. Além dos próprios Estados Unidos, oito dos outros quatorze membros do Conselho abrigam bases militares americanas ou concedem às forças dos EUA acesso a instalações militares em seus territórios: Bahrein, Colômbia, Dinamarca, França, Grécia, Letônia, Panamá e Reino Unido. Esses países não são plenamente soberanos; são parcialmente governados por Washington. Nessas bases funcionam operações da CIA, e os países anfitriões vivem constantemente sob o temor de sofrer subversão por parte dos Estados Unidos em seus próprios territórios.

Como Henry Kissinger afirmou de forma célebre: "Pode ser perigoso ser inimigo dos Estados Unidos, mas ser seu amigo é fatal." Podemos acrescentar que hospedar bases militares americanas e operações da CIA equivale a transformar seu país em um Estado vassalo.

Como exemplo absurdo, mas revelador, a embaixadora da Dinamarca repetiu fielmente todos os argumentos de Washington, apontando o dedo para o Irã por sua suposta agressão, como se o país não tivesse sido atacado pelos EUA e por Israel. Ela simplesmente ignorou que tamanho grau de submissão e humilhação perante os Estados Unidos dificilmente favorecerá a Dinamarca caso os EUA venham a ocupar a Groenlândia.

As vozes que disseram a verdade no Conselho de Segurança vieram dos países não ocupados pelos Estados Unidos. A Rússia explicou corretamente que o chamado Ocidente – isto é, os países ocupados pelos EUA – está culpando a vítima ao apontar o dedo para o Irã. A China lembrou ao Conselho que a crise teve início com os ataques dos EUA e de Israel contra o Irã, e não com a retaliação iraniana. O embaixador da Somália, falando em nome de vários Estados africanos membros, expôs com clareza a origem dessa recente escalada. Já o representante da Liga dos Estados Árabes na ONU discorreu com contundência sobre a causa profunda da agressão desmedida de Israel: a negação dos direitos do povo palestino e o uso, por Israel, de assassinatos em massa e da guerra regional para impedir o surgimento de um Estado palestino.

Quando o Irã retalia contra bases militares dos EUA no Golfo, está exercendo seu direito inerente de legítima defesa nos termos do Artigo 51 da Carta. É preciso lembrar que os Estados Unidos e Israel vêm assassinando, de forma aberta e reiterada, líderes iranianos, com o objetivo de derrubar o governo do país. Quando Estados assassinam um chefe de Estado estrangeiro e tentam destruir um governo, o alvo dessas ameaças tem o direito, à luz do direito internacional, de se defender.

Os bombardeios conjuntos de EUA e Israel mataram não apenas o Líder Supremo do Irã e vários altos funcionários do governo, mas também mais de 140 meninas em sua escola, em Minab. Essas crianças são vítimas de um crime de guerra hediondo. Os países que hoje deram carta branca aos Estados Unidos e a Israel por essas mortes – notadamente Dinamarca, França, Letônia, Reino Unido e, naturalmente, os próprios EUA – são igualmente cúmplices desse crime de guerra.

Essa reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU provavelmente será lembrada como o dia em que as Nações Unidas deixaram de funcionar a partir de sua sede em território americano. Uma organização internacional dedicada à solução pacífica de controvérsias não pode operar com credibilidade a partir de um país que trava guerras ilegais, ameaça Estados-membros com aniquilação e trata as resoluções do Conselho de Segurança como instrumentos descartáveis, usados conforme a conveniência. Para que a ONU sobreviva – e precisamos que ela sobreviva –, será necessário que disponha de várias sedes ao redor do

mundo, no Brasil, na China, na Índia, na África do Sul e em outros países, refletindo a verdadeira multipolaridade do sistema internacional.

Sejamos francos quanto ao que os Estados Unidos e Israel estão buscando. O objetivo dos EUA não é a segurança do povo americano, mas a hegemonia global. Trata-se de uma tentativa de destruir a ONU e o direito internacional – uma tentativa fadada ao fracasso. O objetivo de Israel é estabelecer um "Grande Israel", destruir o povo palestino e afirmar sua hegemonia sobre centenas de milhões de árabes no Oriente Médio (do Nilo ao Eufrates, como declarou recentemente o embaixador dos EUA, Mike Huckabee).

Os esforços delirantes dos Estados Unidos para alcançar a hegemonia global avançam região por região. Recentemente, os EUA passaram a sustentar, em uma distorcida e pretensa reedição da Doutrina Monroe, que controlam o Hemisfério Ocidental e podem ditar a forma como os países da América Latina conduzem seus assuntos econômicos e políticos. Para demonstrar isso, sequestraram o presidente venezuelano em exercício e agora ameaçam também derrubar o governo cubano.

A guerra atual contra o Irã busca demonstrar que os EUA igualmente consideram o Oriente Médio como sua esfera de domínio. Esse conflito integra uma campanha de 30 anos, iniciada com a doutrina Clean Break, destinada a derrubar todos os governos que se oponham à hegemonia dos Estados Unidos e de Israel na região. Essas guerras conjuntas Israel-EUA incluíram o genocídio em Gaza, a ocupação da Cisjordânia e décadas de guerras e operações de mudança de regime no Irã, no Iraque, no Líbano, na Líbia, na Somália, no Sudão, na Síria e no Iêmen.

Uma parte do plano global de Washington consiste em assumir o controle das exportações mundiais de petróleo e, nesse processo, enfraquecer China e Rússia. A intervenção dos EUA na Venezuela foi concebida para assegurar o controle americano sobre as exportações de petróleo do país, especialmente para regular o fluxo destinado à China. As sanções impostas à Rússia visam impedir que o petróleo russo chegue à Índia e à China. Agora, os EUA procuram interromper também o fluxo de petróleo iraniano para a China. De forma mais ampla, os Estados Unidos buscam exercer controle sobre toda a região do Golfo, além do Irã, a fim de preservar sua dominância imperial.

A ordem internacional que Franklin e Eleanor Roosevelt ajudaram a construir após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial fundamentava-se em uma ideia simples e profunda: a de que o direito e o respeito, e não a força, deveriam reger as relações entre os Estados. Essa ideia está agora sendo desmantelada justamente pela nação que mais contribuiu para promovê-la ao fundar a ONU. A ironia é amarga além de qualquer medida.

A verdade é que a devastação da guerra não atingirá diretamente o chamado Ocidente: seus filhos não sofrerão traumas nem morte, e seus países não serão reduzidos a cinzas. As vítimas desse ataque são os povos do Oriente Médio. São eles os descartáveis, aqueles que pagam o preço da arrogância ocidental, do abuso de poder e do vício na guerra.

Encerramos com duas observações. Primeiro, os Estados Unidos não alcançarão a hegemonia global nem destruirão a ONU. O mundo é grande demais, diverso demais e determinado demais para se submeter à dominação de uma única potência — ainda mais de uma que representa 4% da população mundial. O mundo fora dos EUA e dos países sob sua ocupação quer que a ONU viva e prospere. A tentativa americana certamente fracassará, mas poderá causar imenso sofrimento antes disso.

Segundo, se Israel continuar em seu vício por guerra e ocupação, tampouco sobreviverá. Esse vício representa uma combinação de teocracia e estresse pós-traumático. Uma parte de Israel acredita ser o reino bíblico do século V a.C. A outra vive na memória traumática do Holocausto e, por isso, está determinada a eliminar qualquer adversário percebido, em vez de aprender a conviver com ele em paz. A defesa distorcida apresentada pelo embaixador israelense para justificar o ataque descarado de Israel contra o Irã invocou, como de costume, a Bíblia e Auschwitz como suas duas justificativas. São essas as referências recorrentes de Israel – mas não o mundo real de hoje.

Um Estado que depende de guerra permanente, ocupação contínua e massacre dos palestinos, bem como da subjugação indefinida de milhões de pessoas, não tem futuro viável. As políticas que os Estados Unidos agora adotam em nome de Israel acelerarão, e não impedirão, esse desfecho.

A solução de dois Estados, reiteradamente endossada pelo Conselho, oferece a Israel um caminho para a paz. Tragicamente, Israel a rejeita. O resultado, ao final, será o próprio fim de Israel em sua forma atual, sobretudo à medida que a opinião pública nos Estados Unidos se volta rapidamente contra o que percebe como uma teocracia violenta e passa a apoiar a causa palestina. Talvez venha a emergir um único Estado democrático, no qual árabes e judeus vivam juntos em paz, com o fim do regime de apartheid.

São verdades duras, mas momentos de emergência exigem honestidade. A ONU está sendo destruída por Israel e pelos Estados Unidos. O Conselho de Segurança precisa despertar de sua condição de subordinação militar diante perante os EUA e lembrar que é o guardião da promessa inscrita na Carta da ONU: manter a paz e a segurança internacionais.